



Hidrelétrica Jirau tem recursos para honrar compromissos apenas até agosto

De acordo com o presidente da concessionária, que administra usina de 3.750 MW no Rio Madeira, companhia precisará de aporte de R\$ 450 milhões dos sócios a partir dessa data para não ficar inadimplente

Renée Pereira, O Estado de S. Paulo

26 Maio 2018 | 04h00

Concluída no início de 2017, a Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, enfrenta grave crise financeira. A concessionária Energia Sustentável do Brasil (ESBR), que administra a usina, tem dinheiro para bancar os compromissos só até agosto. A partir dessa data, os sócios terão de aportar cerca de R\$ 450 milhões para a empresa não ficar inadimplente, diz o presidente da ESBR, Victor Paranhos.

A conta poderá subir por causa do risco hidrológico. Trata-se do GSF (sigla em inglês para Generation Scaling Factor), mecanismo que mede quanto as usinas geraram abaixo do volume contratado. No período seco, com menos água nos reservatórios, as hidrelétricas produzem abaixo do previsto e são obrigadas a ir a mercado comprar energia para cobrir o contrato.



Aporte a ser feito pelos sócios da Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, pode subir em função do risco hidrológico Foto: Noah Friedman-Rudovsky/The New York Times

De 2014 para cá, Jirau já gastou R\$ 1 bilhão para cobrir esse déficit – fator que tem provocado desequilíbrio no setor elétrico. “Essa conta foi paga com aportes de recursos dos sócios, pois hoje nosso fluxo de caixa é negativo”, explica Paranhos.

Neste ano, a empresa terá de pagar R\$ 1,2 bilhão de financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 700 milhões de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e cerca de R\$ 470 milhões de GSF. “Basta olhar para nosso fluxo de caixa para entender a situação a empresa”, diz o presidente da ESBR – empresa formada pela franco-belga Engie, a japonesa Mitsui e as estatais Chesf e Eletrosul, do grupo Eletrobrás.

Por causa da necessidade de aportes, a estrutura de capital da concessionária se inverteu. Inicialmente, 70% dos recursos vinham do BNDES e 30% dos sócios. Hoje, essa proporção é de 48% e 52%, respectivamente.

Perdas. A construção da hidrelétrica foi tumultuada desde o início do projeto, em 2009, com uma série de paralisações. Num dos conflitos, o canteiro de obras foi praticamente destruído. Na época, trabalhavam no empreendimento cerca de 18 mil pessoas, que ficaram paradas durante meses até o alojamento ser reconstruído.

Esses entraves ajudaram a elevar o valor da obra, que começou com R\$ 9 bilhões e terminou em R\$ 20 bilhões. Esse aumento dos investimentos também foi decorrente da expansão da capacidade da usina, de 3.300 MW para 3.750 MW.

Mas, segundo Paranhos, uma parte dessa expansão foi comprometida pela mudança no projeto da Hidrelétrica de Santo Antônio, no mesmo rio. “Com o aumento da cota do lago de Santo Antônio de 70,5 metros para 71,3 metros, Jirau perdeu 91 MW de sua geração”, diz o executivo. Isso equivale a R\$ 180 milhões por ano que a empresa deixou de faturar desde 2016. O assunto deverá ser discutido com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Taxa. Outro ponto que precisa ser revisto, diz o executivo, refere-se ao custo do financiamento do BNDES. Nesse caso, quem está à frente das discussões é o Instituto Acende Brasil e envolve todas as grandes hidrelétricas leiloadas no passado. O argumento é que as empresas levaram em conta um juro subsidiado para dar lances nos leilões. Os contratos eram corrigidos pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), transformada pelo atual governo em TLP – mais próxima das taxas de mercado.

Na outra ponta, no entanto, os contratos de venda de energia são corrigidos pela inflação, que está em queda no Brasil.